

DESTAQUE

É preciso um novo contrato social

António Marujo
e Teresa de Sousa (texto)
e Miguel Silva (fotos)

Ficará para a história um "Relatório Pintasilgo", como ficaram o Relatório Brandt ou o Relatório Brundtland? Será, porventura, ainda cedo para dizer, mas a verdade é que foi uma portuguesa quem presidiu à Comissão Independente para a População e Qualidade de Vida, criada para dar seguimento ao trabalho das anteriores. Entre 1993 e 1996, a antiga primeira-ministra Lourdes Pintasilgo liderou uma comissão de 19 membros, escolhidos entre personalidades conhecidas dos quatro cantos do mundo, cujo resultado está já divulgado em livro. As suas conclusões — utópicas ou voluntaristas — ainda estão a ser debatidas ao nível internacional e só o tempo ditará até que ponto elas vão influenciar as políticas mundiais. Em Portugal, quase ninguém deu por elas.



Fundação Cuidar o Futuro

Maria de Lourdes Pintasilgo: "Todos os membros da comissão conheciam bem a realidade na sua crueza"

Cuidar" é uma expressão nova da linguagem política que Maria de Lourdes Pintasilgo defende como a síntese de uma nova maneira de olhar para os problemas que afectam a humanidade — da pobreza à insegurança, passando pela privação dos direitos mais elementares. "Cuidar" é uma expressão que talvez não pudesse figurar num relatório desta natureza se a composição da comissão internacional que o elaborou não tivesse sido paritária. Mas é a partir dela que a ex-primeira-ministra portuguesa defende as ideias fundamentais que enformam o trabalho da Comissão Independente para a População e Qualidade de Vida (CIPQV): a importância de um novo contrato social que envolva a sociedade civil; a necessidade de uma concepção da política que implique não apenas a liberdade mas também a responsabilidade; mas também um novo conceito de educação e um papel cada vez mais autónomo e relevante para as mulheres. Seguem extractos da entrevista que concedeu ao PÚBLICO.

PÚBLICO — Começamos por situar este trabalho da Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida. Muitas das denúncias feitas nos relatórios de anteriores comissões com propósitos e ambições idênticas — o Relatório Brandt, na década de 60, ou o Relatório

Brundtland, mais recente — são repetidas no seu relatório. Esta foi mais uma tentativa generosa de acordar as consciências mas sem grandes efeitos práticos?

MARIA DE LOURDES PINTASILGO — As comissões independentes que têm sido criadas ao longo dos anos nasceram todas da verificação da impossibilidade dos poderes executivos poderem pensar a médio e a longo prazo os problemas que preocupam o mundo — e que são reais pelas formas de sofrimento que representam. Os frutos do trabalho de cada comissão acabam por ir aparecendo num corpo de doutrina que se vai formando.

O Relatório Brandt tornou muito claro que a separação entre o Norte e o Sul exigia um compromisso real do Norte em relação ao Sul, que o próprio relatório chamou de "estratégia de sobrevivência" para o Sul. O Relatório Brundtland sobre o Ambiente teve uma repercussão imediata na Cimeira do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, durante a qual houve compromissos sérios da parte da quase totalidade dos Estados. Verificamos também neste domínio que o compromisso não é honrado pela maioria dos governos.

P. — Significa isso que as comissões independentes são inúteis e que é escassa a influência destes relatórios na evolução das políticas governamentais?

R. — Não e por duas razões. Primeiro, porque é possível obter e tornar públicas propostas formuladas por pessoas competentes e não vinculadas às políticas dos partidos que governam os seus países. Segundo, porque o

seu trabalho constitui um guia útil para activistas, investigadores, educadores, empresários, que não só têm aí uma plataforma fiável do ponto de vista científico, como respostas pragmáticas que podem pôr em prática ou desenvolver nos seus domínios respectivos.

P. — Metodologicamente, a comissão partiu da realidade das várias regiões do globo auscultando sobretudo a sociedade civil. E o título do relatório — "Cuidar o Futuro" — utiliza uma linguagem menos tecnocrática e mais humana: cuidar não é uma palavra que encaixe na abordagem económica e geográfica destas questões...

R. — Quanto à metodologia, ela foi claramente diferente. Escolhi a comissão em alguns casos contra a opinião dos patrocina-

dores — o que me valeu algumas lutas políticas reveladoras das hegemonias que permeiam a vida internacional —, entre pessoas não só com grande experiência política e académica, mas reconhecidas nacional e internacionalmente como activistas das grandes causas do nosso tempo.

Todos os membros da comissão conheciam bem a realidade na sua crueza, e por isso estavam muito conscientes de que era preciso ouvir a sociedade civil e que não bastava construir em vaso fechado qualquer coisa que fosse exclusivamente técnica.

P. — E quanto ao "cuidar"?

R. — Quanto ao "cuidar" é, de facto, uma expressão nova na linguagem política. Já fora referida no Relatório sobre a Governabilidade, onde se diz que "a tarefa fundamental da governação é encorajar o cuidado pelos outros".

Cada nova política tem sempre um fundamento filosófico. Também o "cuidado" o tem. Vem de Heidegger, que define o ser humano como "um être de

souci", um ser-que-cuida. Na base, encontramos a ideia de que nascemos já numa dependência mútua, de início como objecto de cuidado e, à medida que nos tornamos adultos, como seres de cuidado. O cuidado pelos outros, por nós próprios, pela natureza, é o que nos constitui enquanto seres humanos. Nos últimos 15 anos, este conceito teve um desenvolvimento inesperado e espectacular no movimento das mulheres. Não foi por acaso que constitui a Comissão como um grupo paritário. Esse facto pesou na decisão de tomar o cuidado como um valor e um eixo fundamental da nossa reflexão.

P. — Ao definirem esse conceito, falam de um novo humanismo, de uma nova ética, o que coloca um problema: como se educam as pessoas para essa atenção aos outros?

R. — Em toda a documentação que trabalhamos, há um ponto essencial que é o "desenvolvimento da atenção". Para podermos ter cuidado pelo outros, temos de estar atentos às necessidades que eles sentem e exprimem: é nesse sentido que há uma educação para a atenção ao outro. É uma educação que vai contra a mentalidade dominante, altamente competitiva, tendo o sucesso como horizonte, em que o outro existe para ser esmagado e não para ser descoberto, admirado e ajudado.

Outro aspecto importante do



cuidado diz respeito a uma nova educação relativa aos direitos. Este trabalho toma como indicadores da importância do cuidado na gestão política a "qualidade de vida" expressa na satisfação dos direitos humanos, na sua defesa, protecção e promoção. No entanto, é importante sublinhar que há momentos em que parece que o ser humano tem os seus direitos entre parêntesis, em que não tem possibilidade sequer de os defender. Se o nosso compromisso com os direitos é sério, então é-nos exigida uma presença especial junto daqueles que se encontram nessa situação. Daí o alargamento do espaço semântico do universo dos direitos humanos para algo de mais forte e de mais intenso, que é justamente essa vulnerabilidade das pessoas enquanto sujeitos de direitos. É para um novo paradigma da acção e da organização política que apontamos.

P. — Como é que tudo isso encaixa hoje nas decisões políticas e económicas? Não se resumirá a um discurso que as pessoas tendem a considerar sentimental?

R. — Não só se encaixa como é imprescindível. O trabalho desta comissão foi um exemplo disso: tratar de forma tradicional — sectorial e isolada — o problema da população não nos abria qualquer caminho. Tivemos, por isso, que o situar no nó das outras políticas que a ele estão ligadas. Verificámos que certas políticas são determinantes: a saúde, a educação, o trabalho. Outras são escamoteadas por afectarem a capacidade de carga da Terra e da sua atmosfera: as políticas de ambiente, as económicas, as que regulam os esquemas de produção e padrões de consumo. Nada disto é sentimental, bem pelo contrário.

É um novo dado da cultura contemporânea. A cultura hoje é também o que sentimos, é a nossa emoção, não é só a razão. Quando Bernardo Soares diz: "Eu não me esqueço nunca do que sinto", está a ir para além do homem como animal racional — o que eu sinto é o que conduz o meu pensamento. Estamos perante uma grande viragem cultural que tem de se impor a esse outro mundo da mera competição. É a grande mudança que temos à nossa frente.

P. — A competição é, no entanto, a palavra-chave, mesmo nas sociedades com maior desenvolvimento económico e científico, ou entre países e regiões. Onde vê sinais de que se possa inverter este estado de coisas?

R. — São pontuais, mas existem. Li uma entrevista recente do [ex-Presidente francês] Valéry Giscard d'Estaing e do [ex-presidente da Comissão Europeia] Jacques Delors: ambos recordavam que, nos finais dos anos 70, quando Giscard e Schmidt propuseram uma moeda única, a ideia parecia totalmente irrealista. Hoje é uma realidade. Ambos diziam também que não se pode ficar por aqui, que é preciso um acto refundador da Europa. Em meu entender, esse acto só pode partir de novos valores, de uma nova ética, de uma nova cultura e de uma nova

percepção do que são as relações entre as pessoas e entre os países.

P. — As soluções que o relatório preconiza para os desequilíbrios mundiais são politicamente neutras? Que tipo de opções devem estar por trás dos caminhos que apontam?

R. — Parece-lhe que pode haver alguma solução politicamente neutra? Um grande cientista indiano, Rajni Kothari, director do Centro de Estudos de Desenvolvimento de Deli, escreveu em 1992 que, com o desmembramento do império soviético, tinha desaparecido também a ideia de "alternativas". Na altura, alguns de nós ficámos surpresos e considerámos a sua ideia como muito pessimista. Mas hoje reconheço que a ideia, pela qual lutei nos anos 60 e 70, de uma via endógena assente na identidade cultural de cada sociedade, veio substituir-se, com o desmantelamento do comunismo, um mundo unipolar. Todo o Terceiro Mundo passa a ter um único modelo que encontramos de forma paradigmática nos Estados Unidos. Aliás, os EUA não são

Faltam no mundo, neste momento, figuras políticas que encarnem uma visão de justiça e de liberdade de forma convicta e consistente.

apenas o modelo, mas o controlador de todos os processos políticos e económicos do mundo. Todos esperamos que o euro venha a desempenhar aí um papel equilibrador e a abrir caminho para um mundo multipolar. Neste sentido, as soluções que a comissão apresenta não são politicamente neutras.

Ora bem, estamos hoje em condições de verificar que a economia de mercado que foi aplicada nos antigos países comunistas foi, afinal, na maioria dos casos, uma "terapia de choque" que desmembrou completamente o tecido social e provocou um descalabro total nessas sociedades. Ora, o Terceiro Mundo não teve tempo de aprender essa lição e encaminha-se para um só e mesmo modelo. A economia de mercado é o quadro em que funcionamos, é certo. Mas, como diz em todos os seus livros o Prémio Nobel da Economia do ano passado, Amartya Sen, "a economia não é um fim em si mesma, é um meio ao serviço de fins que são a educação das pessoas, o acesso aos serviços de saúde, à qualidade de vida".

P. — No conceito de qualidade de vida que o relatório propõe, uma das componentes fundamentais é a liberdade individual.

R. — Obviamente é a primeira liberdade, é um estatuto da pessoa humana em sociedade.

P. — Isso já constitui uma condicionante importante. Não lhe parece que o que distingue os exemplos positivos é a existência de um Estado de Direito que garante as liberdades fundamentais?

R. — A liberdade é uma condição subjacente a tudo. Não há cuidado pelo outro, não há qualidade de vida, se não há liberdade. Mas a recíproca é também verdadeira: liberdade é fruto de um certo número de condições de ordem cívica, social, económica, cultural. Como dizia François Mitterrand, é "a liberdade e as condições da liberdade". São duas coisas que não se podem separar e >>

O relatório Pintasilgo

DURANTE mais de três anos, Maria de Lourdes Pintasilgo presidiu à Comissão Independente da População e Qualidade de Vida, uma comissão internacional integrando personalidades de relevo oriundas dos quatro cantos do mundo, criada em 1993 e destinada a dar sequências aos trabalhos da Comissão Brundtland sobre Ambiente e Desenvolvimento e da Comissão Carlsson para a Governabilidade. Do trabalho da comissão resultou o relatório "Cuidar o Futuro — um programa radical para viver melhor", editado em 1998 nas mais variadas línguas, entre as quais o português (Trinova Editora).

A missão atribuída à comissão era ambiciosa: elaborar uma nova visão das questões internacionais da população, tomando como elementos de referência os direitos humanos e as condições sócio-económicas. A ideia nasceu de uma primeira reunião preparatória, que decorreu em Londres, a 3 de Dezembro de 1991, realizada sob a égide da Fundação Rockefeller e que contou com a participação do Banco Mundial, de organizações internacionais vocacionadas para as questões demográficas, de outras fundações privadas e de representantes de vários países ocidentais. Numa segunda reunião em Bellagio, nos dias 4 e 5 de Março de 1992, definiram-se os parâmetros orientadores do trabalho, estabeleceu-se uma lista de potenciais candidatos à sua presidência, a composição do secretariado e os recursos financeiros. Finalmente, foi constituída a comissão sob a liderança de Maria de Lourdes Pintasilgo, a quem competiu seleccionar os restantes 18 membros. A antiga primeira-ministra portuguesa teve na sua escolha como princípio fundamental a paridade entre homens e mulheres e a distribuição regional.

Ao longo de três anos, a comissão realizou sete audições públicas, correspondentes a sete regiões do globo: África Austral e de Leste (Harare); África Ocidental (Bamako); América do Norte (Washington); Ásia do Sul (Nova Deli); América Latina (Rio de Janeiro); Sudeste Asiático (Manila); Europa de Leste (Moscou).

Maria de Lourdes Pintasilgo, 68 anos. Engenheira química e embaixadora, antiga primeira-ministra portuguesa, foi recentemente presidente do Comité de Sábios da União Europeia e do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Democracia do Conselho da Europa.

Monique Bégin, 62 anos. Socióloga canadiana, membro do Parlamento de Otava, ministra do Orçamento, da Saúde e dos Assuntos Sociais, professora universitária.

Ruth Correia Cardoso, 58 anos. Antropóloga brasileira, membro do Conselho Nacional para os Direitos das Mulheres e orientadora de diferentes programas sociais do Governo brasileiro desde 1994.

Karina Constantino-David, 52 anos. Socióloga, autora e editoralista filipina, vice-ministra dos Assuntos Sociais, professora universitária e presidente da Associação das ONG para o Desenvolvimento, no seu país.

Eleanor Holmes Norton. Membro do Congresso norte-americano, dirigente de vários movimentos para os direitos das mulheres e presidente da Comissão para a Igualdade de Oportunidades na Administração Carter. Professora de Direito na Universidade de Georgetown e detentora de mais de 60 diplomas "honoris causa".

Maria Anna Knotte, 47 anos. Historiadora polaca, representante do Governo da Polónia para as questões relativas à família e às mulheres, presidente do Centro para a Promoção das Mu-

lheres, que fundou em 1992, em Varsóvia.

Bernard Kouchner, 59 anos. Fundador dos Médicos sem Fronteiras e dos Médicos do Mundo, secretário de Estado da Inserção Social e da Acção Humanitária (1992-93), membro do Conselho Executivo do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados.

Vina Mazumdar, 71 anos. Professora de Ciências Políticas na Índia, fundadora e directora do Centro de Estudos sobre as Mulheres de Nova Deli. Consultora da OIT.

Hanan Ashrawi, 52 anos. Decana da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Birzeit. Negociadora palestina da Conferência de Madrid, porta-voz oficial nas negociações de paz israelo-palestinas de Oslo, presidente da Associação Palestina para os Direitos do Homem e do Cidadão.

Taro Nakayama, 74 anos. Formado em Medicina, membro do Parlamento de Tóquio, vice-ministro do Trabalho e ministro dos Negócios Estrangeiros de 1989 a 1991.

Olusegun Obasanjo, 61 anos. Oficial nigeriano e presidente do Governo militar que presidiu à transição para o regresso dos civis ao poder. Não participou nos trabalhos da comissão durante o ano de 1995 por ter sido preso e julgado secretamente sob acusação de golpe contra o país. Foi posto em liberdade recentemente.

Jan Pronk, 58 anos. Economista holandês, deputado pelo Partido Trabalhista, professor de Política Económica Internacional no Instituto de Ciências Sociais de Haia, ministro para a Cooperação e Desenvolvimento da Holanda.

Pu Shan, 74 anos. Doutor em Harvard, presidente da Sociedade China sobre Economia Mundial desde 1985.

Augusto Ramirez Ocampo. Doutor em Economia e em Direito, membro do Parlamento colombiano, ocupou várias pastas ministeriais, foi administrador do Banco Interamericano para o Desenvolvimento, representante pessoal do secretário-geral da ONU para o Programa Especial de Desenvolvimento da América Central e chefe de missão para a restauração da democracia no Haiti.

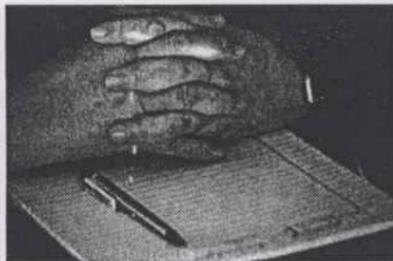
Juan Somavia. Presidente da Comissão Internacional da Oposição Democrática do Chile (1983-90), representante permanente do Chile na ONU desde 1990, presidente da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social de Copenhaga, director-geral da OIT.

Aminata Traoré, 51 anos. Doutora em Psicologia Social e especialista em questões das mulheres, consultora do PNUD, da UNIFEM, da UNICEF e do Banco Africano para o Desenvolvimento, ministra da Cultura da Costa do Marfim.

Beate Weber, 55 anos. Vice-presidente do Conselho Federal do SPD alemão, deputada ao Parlamento Europeu, presidente da Câmara de Heidelberg.

Anders Wijkman, 54 anos. Membro do Parlamento sueco pelo Partido Moderado, secretário-geral da Cruz Vermelha e membro da Academia Real das Ciências de Estocolmo, subsecretário-geral da ONU.

Alexander Yakovlev, 74 anos. Inspirador da "perestroika" e braço-direito de Gorbachov, membro do Comité Central e do Politburo do antigo PCUS, do qual foi expulso em 1991, é actualmente presidente do Comité Presidencial da Rússia para a Reabilitação de Presos Políticos e presidente da Fundação Internacional para a Saúde e a Solidariedade. ■



A missão atribuída à comissão era ambiciosa: elaborar uma nova visão das questões internacionais da população, tomando como elementos de referências os direitos humanos e as condições sócio-económicas. A ideia nasceu de uma reunião preparatória, que decorreu em Londres realizada sob a égide da Fundação Rockefeller e que contou com a participação do Banco Mundial, de organizações internacionais vocacionadas para as questões demográficas, de outras fundações privadas e de representantes de vários países ocidentais.

Editorial

Adelino Gomes

Discriminação por excesso

FIGURAS de renome internacional (nove mulheres e oito homens) debruçaram-se sobre os principais problemas que o mundo enfrenta — da pobreza à insegurança, da educação à questão das liberdades. Maria de Lourdes Pintasilgo sintetiza nestas páginas, de modo estimulante, as conclusões a que chegou a Comissão Independente, a que presidiu.

Coincidências da agenda política e também jornalística colocam esta entrevista no dia seguinte ao destaque dado ao problema das quotas, em discussão na sociedade portuguesa. À primeira vista, o currículo da nossa entrevistada de hoje surgirá como a prova provada de que a necessidade de reservar para as mulheres uma percentagem mínima de lugares nas listas eleitorais constitui um falso problema. E de que o mérito e a vontade soberana uma vez mais ultrapassaram os ancestrais obstáculos levantados em Portugal à participação das mulheres na vida política activa: Maria de Lourdes Pintasilgo foi engenheira química num mundo fabril ocupado só por homens; ministra em gabinetes governamentais predominantemente masculinos; e primeira mulher em Portugal, e das raras no mundo, a chefiar um governo.

Há um outro ângulo, contudo, através do qual poderíamos olhar para este caso exemplar. Se exceptuarmos os anos em que passou pelas bancadas socialistas do Parlamento Europeu (lugar visto entre nós como de reforma dourada...), bem se pode dizer que Lourdes Pintasilgo foi riscada da cena política nacional. As explicações possíveis são múltiplas. Nas páginas da história pátria não faltam figuras das artes, das letras e do pensamento que só lá fora encontraram o reconhecimento do mérito que os seus compatriotas lhes negaram. Mas não falta quem pense, entre os que lhe são mais próximos, que Lourdes Pintasilgo é vítima de uma injusta e prolongada discriminação política e sexista.

Ela própria acusou, por mais de uma vez, a direita de nunca lhe ter perdoado os efémeros 100 dias do V Governo constitucional. E a classe política em geral de a punir pela "ousadia" de se ter candidatado à Presidência da República, com uma mensagem (de resto semelhante no essencial à que proclama nestas páginas) de que há uma democracia a inventar, a pôr de pé.

Passaram quase duas décadas. Quantos de nós sabíamos que Maria de Lourdes Pintasilgo presidiu ao Grupo de Trabalho para a Igualdade e Democracia do Conselho da Europa? E que integrou o Comité de Sábios da União Europeia? Pode dar-se ao luxo Portugal de dispensar as opiniões da mulher de cujos conselhos a ONU, a União Europeia, Annan, Delors ou Santer não prescindem? Será por ser, entre nós, um dos poucos políticos com pensamento próprio? ■

>> que têm a ver com algo que afirmamos no relatório e que, para mim, é um credo fundamental da vida política: os direitos civis, políticos, sociais, culturais e económicos são interdependentes e indivisíveis. Há países em que o Estado de Direito até pode existir mas em que a desorientação é tão grande, em termos das estruturas existentes e das condições de vida das pessoas, que não é possível o exercício pleno da liberdade.

P. — Diagnósticos como o deste relatório são hoje praticamente consensuais. Perante esse consenso e com nível de desenvolvimento científico quase inimaginável, como é que continuam a cavar-se desigualdades e a dominar a teoria segundo a qual basta criar riqueza para que tudo se resolva?

R. — Faltam no mundo, neste momento, figuras políticas que encarnem uma visão de justiça e de liberdade de forma convicta e consistente. Dou um exemplo: depois de todos os países se terem comprometido a chegar a 2000 com o mesmo nível de emissões poluentes de 1990, verifica-se que só os Estados Unidos já ultrapassaram esse nível, em 1997, em oito por cento. Qual foi a solução? Adiar-se a data do cumprimento da promessa para 2010. Isso leva-me a uma indignação violentíssima!

Mas dou outro exemplo: nos encontros entre a União Europeia e a ASEAN, a Europa, apenas para garantir o acesso aos mercados do Sudeste asiático e da China, ignora pura e simplesmente o valor da liberdade. Então como é? Há algo que não vai bem no reino deste mundo!

P. — Os governantes acabam por se tornar irresponsáveis?

R. — Se se considerar só estes dois exemplos, tenho de dizer que sim e fazê-lo duramente. Que razões os levam a proceder assim? Penso que dois tipos de razões. Primeiro, não há no mundo poupança suficiente para resolver os problemas de todos, e muito menos daqui a trinta anos, com o aumento da população. Dizer que não há poupança significa que todos têm de realizar mais com menos recursos, o que supõe uma grande criatividade e coragem — que não se encontra facilmente no universo político — para explicar às populações o que se passa.

P. — Um parêntesis: o perdão da dívida externa pode ajudar alguma coisa?

R. — Mas o perdão da dívida externa já foi anunciado verbalmente não sei quantas vezes e, na realidade, nada acontece! Parece uma esquizofrenia generalizada.

Continuando a responder à pergunta: em segundo lugar, é fundamental criar mais riqueza mas também que haja a possibilidade de descobrir que a riqueza tem de ser partilhada. Gosto de citar o meu grande amigo Alfredo Bruto da Costa quando diz: "Se os cristãos que vivem no mundo, e que são mil milhões, tomassem consciência do que é o cristianismo, esse problema já estava resolvido." Mas insisto em que hoje os políticos estão sujeitos a um ciclo eleitoral muito apertado...



A decisão de ter filhos é da própria pessoa, inviolável; se a mulher constitui família, a decisão de quando e quanto é necessariamente tomada em conjunto. Mas, baseando-nos em princípios fundamentais, não há dúvida de que a última decisão cabe à mulher.

P. — Não serão os políticos que são pequenos, e não os ciclos?

R. — Penso que há, de facto, um problema de ciclos eleitorais demasiado curtos. Também me parece que a política tem de ser outra coisa, mesmo que se percam eleições: tem de ser a possibilidade de trazer para a praça pública o interesse de todos, e é isso que deve primar sobre todas as considerações. Com a experiência que tenho de quinze anos no Conselho de Interação dos ex-chefes de Estado e de Governo, é sintomático ver como chegamos todos a acordo facilmente, embora nunca consigamos responder ao desabafo habitual de Helmut Schmidt: "Mas porque é que nunca fizemos isto quando estávamos no poder?"

P. — O Norte tem o poder do saber e da tecnologia. Mas uma vez não o sabe partilhar?

R. — O Norte tem muita congeneração e muito boas intenções. Há uma sociedade civil que tem essa força, que quer realizar as coisas, mas que não encontra canais para se fazer ouvir. Ou, quando começa a ser ouvida, é facilmente recuperada pelas forças políticas. Não é reconhecida independência para poder exprimir-se de forma adequada.

Há uma proposta central em "Cuidar o Futuro": a necessidade de um novo contrato social, uma diferente distribuição de poder entre todos os grupos sociais, entre governantes e governados. Por isso é preciso que, na preparação das decisões, haja possibilidade de os vários parceiros sociais poderem participar.

P. — No livro, fala-se do direito reprodutivo das mulheres e do princípio de as decisões serem tomadas ao nível mais próximo das pessoas. Em Portugal, tivemos um ano em que, em dois referendos, foram dadas duas machadadas violentas nestes dois princípios. Como analisa isto?

R. — A saúde reprodutiva das mulheres foi uma grande conquista nesta última década. Não há dúvida de que os cuidados de saúde são indispensáveis para as mulheres, que têm uma vida biológica específica. Mas a sociedade está toda organizada ainda à maneira da Idade Média, com as mulheres como uns seres de segunda categoria. Basta dizer que só nos anos 70 é que alguns aspectos da saúde reprodutiva das mulheres começaram a ser entendidos.

A decisão de ter filhos é da própria pessoa, inviolável; se a mulher constitui família, a decisão de quando e quanto é necessariamente tomada em conjunto. Mas baseando-nos em princípios fundamentais — como seja a inviolabilidade do corpo e o direito de cada um determinar o que é da sua própria responsabilidade —, não há dúvida de que a última decisão cabe à mulher. Ao afirmarmos isso, estamos a dizer que o Estado nunca pode ser o decisor nesta matéria. Isto é um princípio de política internacional que ficou consignado.

P. — E em relação aos referendos?

R. — Sou cem por cento pelas consultas públicas. Mas tem de ser por etapas. Só questões muito claras, muito límpidas, em que o sim ou o não são evidentes e não têm conotações, é que eu submeteria a referendo. As outras decisões tomariam aos níveis mais baixos em que cada uma pode ser tomada, mas de pois de um grande trabalho de discussão e educação. No momento em que os referendos são bandeira de um partido e contrabandeira de outro, a própria noção de referendo está pervertida. E foi essa perversão que aconteceu em Portugal.

P. — Nesta comissão, há representantes de países asiáticos, africanos e ocidentais. Há hoje condições para um entendimento civilizacional, que algumas pessoas ainda consideram impossível?

R. — Houve momentos de grande confronto, nomeadamente quando se pôs a questão de denunciar ou não um certo tipo de abusos ou da indivisibilidade dos vários tipos de direitos. Mas entendemos, por unanimidade, que deveríamos propor alguma coisa. O que nós queríamos apontar era uma abertura de caminhos.

Nas conversas, toda a gente tinha os seus próprios valores. Numa sessão, um grupo vindo do Zimbábue, num grande cartaz, dizia: "Nós merecemos uma melhor qualidade de vida". Fizemos um "brain-storming" sobre o que era para cada um a qualidade de vida. Para um africano, ela começava pela segurança: se tem alguma coisa para comer e para dar de comer aos seus, e se não é indevidamente preso. Mas tudo isto, acrescentou, para conseguir uma harmonia com os outros.

Para um russo, a qualidade de vida era descobrir que o homem não é só a materialidade das coisas, mas que é também uma realidade espiritual. Da Ásia, tínhamos quatro asiáticos diferentes: um chinês, um japonês, uma indiana e uma filipina. O contributo de cada uma destas pessoas foi sempre a partir da sua própria cultura. ■

A revolução da educação

NOS ÚLTIMOS 100 anos não houve progressos no sector da educação. Uma afirmação polémica que Maria de Lourdes Pintasilgo subscrive. Hoje, já não são precisos professores mas mestres, cuja função é ajudar a arrumar a informação.

P. — A educação está em crise por todo o mundo. O relatório fala da necessidade de novos valores e de uma ética para o ensino. É possível eleger um núcleo comum de valores para os quais se aponte e que ajudem a resolver a crise? E os "media" têm algum papel a desempenhar?

R. — Diz o relatório que uma das áreas da vida humana em que, nos últimos cem anos, não houve progressos, apesar de algumas reformas, foi a educação. É preciso que os agentes de educação queiram de facto mudar. E mudar não é só organizar a escola, é pôr-se em conjunto a ver o que podia ser a educação, a partir da sua própria experiência. Não é possível hoje ensinar a gama de conhecimentos necessária ao ser humano, porque nos últimos 50 anos houve uma maior aquisição científica em todos os domínios do que até aí, na história da humanidade. Não é possível continuarmos com a educação escolar como a temos feito até agora, por sectores sincopados de 50 minutos cada. O ensino tem de ser cada vez mais por blocos transdisciplinares, à volta de grandes questões que as crianças ou os jovens vêem ou de que se apercebem na sua vida.

Em segundo lugar, é evidente que os novos meios de comunicação são indispensáveis na escola. Esta já não pode ser "sala de aula/professor/alunos". A televisão e o computador são elementos fundamentais. A criança fica completamente sujeita a programas que lhe chegam através da televisão e dos

computadores? Pois então temos uma nova tarefa para os professores, que é elaborar esses programas.

É necessário também que quem está perto dos alunos não seja mais o professor mas o mestre. O professor já não vai dar informação. Vai ajudar a arrumar a informação, a dar o sentido. A educação hoje não pode ser uma acumulação de conhecimentos, tem de ser um problema de descoberta de sentido.

P. — As tentativas até hoje feitas em nome das pedagogias participativas e dos saberes transdisciplinares têm falhado, o que leva os pais a dizer "eu quero é que os meus filhos saibam". E essas propostas hoje são rejeitadas.

R. — Mas o que eu estou a referir não são pequenas transformações, é uma revolução na educação o que este livro propõe. É como partir do zero e fazer outra coisa completamente diferente. Quando falo de transdisciplinaridade, não estou a falar de uma coisa vaga.

O que eu estou a referir não são pequenas transformações, é uma revolução na educação o que este livro propõe.

Na Universidade de Nova Iorque, vi um exemplo orientado para adultos: havia uma professora a fazer análise estrutural de conteúdo de um texto; um professor de História de Arte a mostrar como na arte essas palavras tinham ganho um sentido; um professor de Música que mostrava que a música, além da inspiração melódica, tem um trabalho sistemático que não é alheio à matemática; e o professor de Matemática que ensinava o que são séries matemáticas. E encontrei alguém de mais de 60 anos, que tinha feito a universidade e que me disse: "Pela primeira vez estou a ser alfabetizada, a descobrir o sentido das coisas."

Na educação da infância, há já elementos disto. Seria muito útil que os outros graus da educação pudessem descobrir isto mesmo. ■

A mudança será no feminino

DEPOIS da revolução industrial, depois da revolução anticolonial, a revolução das mulheres? Serão as mulheres as protagonistas de uma revolução mundial das mentalidades sem a qual a comissão considera que a maior parte dos problemas não têm solução? Por enquanto, Maria de Lourdes Pintasilgo recomenda apenas que a sociedade competitiva pelo emprego seja substituída por uma "sociedade activa", na qual seja possível incluir o trabalho das mulheres.

P. — Há um factor que acompanha os vários capítulos do livro — protecção do ambiente, população, educação ou trabalho — que é o papel das mulheres, sugerindo-se que talvez seja por aí que se pode operar uma revolução. As mulheres são o proletariado deste final de século, no sentido de protagonizarem uma nova mudança social?

R. — Nunca formulei assim, mas desde há muitos anos que penso que na época moderna há três grandes revoluções: a revolução industrial, com a classe operária, que garantiu férias e horários; a independência das colónias, que afirma a igual dignidade de todos os homens, qualquer que seja a sua raça, a sua história e a sua cultura. E tenho vindo a imaginar que a emergência das mulheres seria uma terceira revolução.

Há qualquer coisa na quantidade que vai transformar a qualidade. O facto de as mulheres estarem a fazer face a uma responsabilidade dupla — familiar e profissional — é insustentável, é cada vez mais insustentável do ponto de vista humano. Ao mesmo tempo que se privam os homens, em relação à vida familiar, do acesso a um conjunto de valores humanos e de cuidado no quotidiano, que só beneficiaria toda a gente.

Isto supõe que esta sociedade competitiva para o emprego seja substituída pela sociedade activa, em que todas as actividades são consideradas indispensáveis para que a sociedade exista. Há um trabalho que não é valorizado: o que se faz dentro das paredes de uma casa. E já não é só, hoje, o cuidar dos filhos, mas também, a partir dos 45 anos, o cuidar dos pais. Quando a UE tinha 12 países, 85 por

cento das pessoas com mais de 60 anos que precisavam de cuidados eram acompanhados ou pela mulher ou pela filha. Isto significa uma sobrecarga que nem sequer é valorizada, é escondida...

P. — Nem sequer é contabilizada...

R. — Tocou num ponto fundamental: precisamos de um outro tipo de estatística para as contas nacionais. Precisamos de fazer entrar nas nossas contas aquilo que é realmente trabalho, que significa uma riqueza muito grande.

Temos de ver como podemos dar ao trabalho escondido, como o trabalho de voluntariado, o seu devido valor. Para isso, é necessária uma reorganização do trabalho, uma nova definição de trabalho. Trabalho não é equivalente a emprego, é muito mais amplo...

Mas esta reorganização do trabalho vai de par com outra, que é o quebrar do ciclo "estudos — emprego — reforma". A reforma, no sentido de que, se se acabou um trabalho profissional, se acabou a actividade na sociedade, é um absurdo. Nos Estados Unidos, há já algumas empresas constituídas por seniores, executivos que querem continuar a trabalhar.

P. — No Terceiro Mundo a função da mulher pode ser mais relevante do que nos países ricos?

R. — Num país como a Coreia da Sul, que deu grandes passos e em que não há direitos sociais, a sociedade é aguentada pelas mulheres, como me disse uma vez o cardeal católico de Seul. A força de coesão da sociedade vem das mulheres, porque o trabalho é ininterrupto: não há feriado semanal, não há férias, alguma coisa tem de estar ali que possa assegurar o cuidado.

Por outro lado, está provado que a fertilidade das mulheres desce drasticamente com o número de anos de escolaridade e com o acesso aos serviços de saúde. A escolaridade é tão importante que, num país como a Índia, no estado de Kerala, onde mais de 85 por cento das mulheres estão escolarizadas — o que significa pelo menos seis anos de escola a sério — e onde o PIB "per capita" é idêntico ao da média dos estados indianos, se regista a taxa de fertilidade mais baixa de toda a Índia. ■

Tenho vindo a imaginar que a emergência das mulheres seria uma terceira revolução. Há qualquer coisa na quantidade que vai transformar a qualidade.

